



**Organizaciones Sociales de Agricultores Urbanos: Modelos de Gestión
y Alianzas Innovadoras para la Incidencia Pública**

**Estudo de Caso
ASPROVE - Associação dos Produtores do PROVE
(RESUMO)**

João Luís Homem de
Carvalho

**Brasília - DF - Brasil
Diciembre de 2005**

RESUMO

O estudo de caso que apresentamos é sobre a ASPROVE - Associação dos Produtores do PROVE - Programa de Verticalização da Produção Familiar do Distrito Federal. Essa associação, embora tendo todas as condições de continuar funcionando até os dias de hoje, encerrou suas atividades antes de completar 5 anos de funcionamento.

O que se pretende, sem termos a pretensão de exaurir o tema, é fazer uma reflexão sobre o que aconteceu na ASPROVE considerando as diversas opiniões expressas no texto. Estudar o porquê do fracasso da ASPROVE poderá fornecer subsídios à formação de futuras associações e à maneira de como o estado deve intervir para auxiliar na organização dos produtores familiares que trabalham na agricultura urbana peri urbana e rural.

Pretende-se também, de maneira sucinta, fazer uma comparação, sem comentários, entre a ASPROVE, que teve todo o apoio do Estado e não deu certo e o CESAM - Centro de Saúde Alternativa de Muribeca de Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, que apesar de não ter tido nenhum apoio do estado tem mais de oito anos de funcionamento êxitosos.

No início tínhamos a pretensão de ouvir um maior número de pessoas. Pretendíamos realizar pelo menos dois seminários e passar-lhes um formulário, mas foi explicitado por eles a vontade de não se envolverem com pessoas que não pertenciam ao atual governo. Segundo eles isso poderia lhes trazer mais problemas, pois até hoje eram lembrados como pessoas que pertenceram a um programa do PT. Respeitamos suas vontade e buscamos as declarações feitas em outra época a outras pessoas, mas que conferem igual credibilidade nos depoimentos. Para compreender o que se passou na ASPROVE tem-se que, necessariamente, conhecer o PROVE - Programa de Verticalização da Produção Familiar do Distrito Federal, até porque todos os associados da ASPROVE pertenciam ao programa e a associação, com certeza, teve como um dos graves problemas a falência do PROVE no DF. A análise da ASPROVE, às vezes, confunde-se com a análise do PROVE embora nosso objeto de estudo seja a ASPROVE.

A LOCALIZAÇÃO

A associação e o programa foram implantados no DF - Distrito Federal, que está localizado entre os paralelos de 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos de 47°25'e 48°12' de longitude WGr, na Região Centro - Oeste, ocupando o centro do Brasil e o centro-leste do Estado de Goiás A uma altura de 1.050 a 1.200 metros acima do nível do mar. Nessa região, além do Distrito Federal, ainda se encontram os estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

A área do DF é de 5.789,16 km², equivalendo a 0,06% da superfície do Brasil, apresentando como limites naturais o rio Descoberto, a oeste e o rio Preto, a leste. Ao norte e ao sul, o Distrito Federal é limitado por linhas retas, que definem o quadrilátero correspondente à sua área. Limita-se a leste com o município de Cabeceira Grande, pertencente ao Estado de Minas Gerais, e com os seguintes municípios do Estado de Goiás: Ao norte: Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa. Ao sul: Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama. A leste: Formosa A oeste: Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas.

O CONTEXTO POLÍTICO NO QUAL SE DESENVOLVE A EXPERIÊNCIA

Em janeiro de 1995, o professor Cristovam Buarque assumiu o governo do Distrito Federal. O compromisso político central de sua gestão situava-se na perspectiva de implementar mudanças na forma de governar, na primeira gestão local do Partido dos Trabalhadores (PT), sob o *slogan* de que Brasília seria reinaugurada (BRASIL, 2000).

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) proposto por este governo ficou registrado na Lei nº 874 de 09 de junho de 1995, onde foi apresentada uma nova concepção

de desenvolvimento, *sustentável e solidário*, com a intenção manifesta de uma gestão democrática e participativa.

A única forma de enfrentar o grande desafio da civilização de nossos dias é construindo uma nova concepção de desenvolvimento. Um desenvolvimento que não crie desigualdades, que não destrua a natureza, que não comprometa o futuro das próximas gerações, um desenvolvimento que seja simultaneamente sustentável, porque pode se reproduzir e se ampliar para as gerações futuras, e solidário, porque inclui todos os homens e mulheres no acesso à riqueza e aos serviços modernos. [...] O PDES (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1995-1998) inscreve-se nesse consenso internacional, abraçando o conceito de sustentabilidade propondo-se a avançar no rumo da construção de uma sociedade mais justa para sua população. A ruptura da lógica da exclusão, que marcou o modelo de desenvolvimento vigente entre nós desde o Brasil colonial, exige que a solidariedade seja um valor central. Sem a solidariedade no centro de nossas preocupações e decisões, não será possível conter o processo de exclusão social crescente que conhecemos hoje. Cinco são as principais dimensões de um desenvolvimento sustentável e solidário: econômica, social, ecológica, espacial e cultural (GDF, 1995, p. 3). Entre as diversas formas de governar propostas, este governo se comprometeu a:

1. governar por meio da participação;
2. governar significando o respeito ao cidadão;
3. governar significando um ato de responsabilidade; e
4. governar representando a parceria entre governo e sociedade (GDF, 1995).

Foi nesse contexto político de promessas de inovações que surgiram o Prove-DF e a ASPROVE.

O PROVE

O PROVE foi um programa pioneiro e inovador em suas idéias e ações voltadas para um público de agricultores familiares, considerados pela Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal como "excluídos". Excluídos, no sentido de serem agricultores, historicamente, sem acesso a políticas públicas de desenvolvimento e, em linhas gerais, serem integrantes do setor mais empobrecido do meio rural do Distrito Federal.

O Prove-DF ficou conhecido, nacionalmente e internacionalmente, por ter sido, *exclusivamente*, direcionado ao setor menos favorecido dos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que estabeleceu o compromisso de construir um "*desenvolvimento sustentável e solidário*". Ele representou uma experiência significativa, de concepção inovadora, enquanto um programa de governo local, voltado exclusivamente para o público de agricultores familiares. Simbolizando um exemplo pioneiro da ação de desenvolvimento do Estado, em apoio a este segmento de agricultores familiares menos favorecidos no Brasil.

O Prove-DF foi planejado e executado no Distrito Federal, mas rapidamente ganhou visibilidade social e credibilidade política, servindo, quase de imediato, como modelo para outros estados e países. Tornou-se alternativa para valorização e sobrevivência da agricultura familiar, além de auxiliar na fixação do homem no campo, diminuir o êxodo rural e contribuir na geração de renda e empregos.

Nesse sentido, o surgimento do Prove-foi um dos destaques do momento da história do Brasil, em que ocorreu a expansão de elos políticos demarcadores de uma relação denominada *diferenciada* e de *aproximação* entre o Estado e a agricultura familiar, sobretudo a partir de meados da década de 1990.

Desde o início, o Prove-DF foi considerado um Programa complexo que se preocupava em integrar ações, desde a produção até a comercialização dos produtos agropecuários beneficiados, com apoio técnico e financeiro, obtendo grande respaldo na multiplicação de suas idéias e sugestões. Seu compromisso foi voltado para o público de agricultores familiares denominados pela SEAP de "excluídos".

O Programa criou logomarca própria, que representava tanto o Prove institucionalmente como lançou no mercado os produtos produzidos pelas agroindústrias (AGIs) a ele vinculado.

Logo, após a inauguração da primeira agroindústria do Prove-DF em 1995, diversos acordos foram firmados no sentido de que seu 'modelo' fosse implantado em outros Estados da Federação, bem como em outros países em desenvolvimento. O governo do Distrito Federal chegou a doar um projeto de agroindústrias a Angola, no continente Africano, juntamente com uma agroindústria pré-fabricada pelo GDF – o "Kit-agroindústria", nos mesmos moldes das construções locais. Em outros estados do Brasil, diversos programas de verticalização da produção, da mesma natureza ou natureza semelhante à do Prove-DF, foram executados, como por exemplo: Prove-Minas (MG), Prove-Pantanal (MS), Prove-Blumenau (Blumenau-SC), Sabor Gaúcho (RS), Fábrica do Agricultor (PR) e Programa Desenvolver (SC).

O Programa e produtos com a marca PROVE foram também apresentados ao Ministério da Agricultura de Cuba, em Havana; no Salão Internacional de Alimentação de Paris, França; no Encontro Internacional de Mercados de Buenos Aires, Argentina; na Feira Internacional de Hannover, Alemanha; e no 2º Encontro de Ensino Agrícola de Línguas Portuguesas, em Lisboa, Portugal.

Apresentados na Feira Internacional de Hannover, na Alemanha, os produtos com a marca PROVE foram tão bem recebidos que a Alemanha e a África do Sul fizeram pedidos de importação. A intenção, no entanto, era a de restringir-se, ao mercado regional, porque é o mercado que confere vantagens competitivas para os tipos de produto do PROVE. Concorrendo com 325 programas, ganhou o prêmio destaque (os 5 melhores) do Concurso "Gestão Pública e Cidadania", promovido pela Fundação Getúlio Vargas, Fundação Ford e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Logo após o início do novo governo (1999-2002) o PROVE começou a sofrer um total desmonte de seus mecanismos de apoio, aos agricultores, e após 2 anos ele já não existia nos moldes que foi criado enquanto programa.

O PERFIL DOS INTEGRANTES DA ASPROVE

O perfil dos integrantes da ASPROVE é relatado em pesquisa feita por (Brasil. 2003) constatou as seguintes características dos associados:

- A maioria dos produtores morava no DF há mais de vinte anos (51,9%), sendo relevante a porcentagem dos que residiam há mais de trinta anos (32,5%). Do total de 578 questionários coletados, 41,7% estavam estabelecidos em seu imóvel há mais de 10 anos;
- 41,9% dos entrevistados declararam nunca ter tido outra profissão fora do setor agropecuário, seja como produtor ou como assalariado rural. 40,6% declararam já terem trabalhado em outros setores de indústria e (ou) serviços;
- A maioria das famílias era composta, no máximo, por 9 pessoas, representando 94,1%, incluindo todos os membros do núcleo familiar. Prevalencia, entretanto, a família de tamanho pequeno, até quatro pessoas, com o índice de 47,9%;
- Quanto à faixa etária, 45,3% declararam estar entre 21 a 65 anos de idade. 54,7% eram constituídos de menores, ou com idade superior a 65 anos, na faixa de prováveis aposentados;
- Com relação ao grau de instrução, 67,6% não haviam concluído o ensino básico, dos quais 35,9% só freqüentaram a escola até a 4ª série;
- A principal forma de participação social era em igrejas e associações de produtores locais;
- A principal fonte de água era a cisterna (46,2%) e o destino das águas utilizadas domesticamente, o terreiro (56,6%). O lixo freqüentemente era queimado (44,8%);
- O meio de transporte mais utilizado era o ônibus e o tamanho das casas variava de três a oito cômodos (68,3%);
- Dos produtores entrevistados, 60,4% não financiaram sua safra em 1995/1996;
- A prática da ajuda mútua não era comum entre o público pesquisado. O percentual dos que tinham por hábito esta forma de cooperação de trabalho era de apenas 8,7%.
- A renda per capita mensal por membro familiar era de 40 dólares americanos.

Os associados da ASPROVE estavam vinculados as agroindústrias da marca PROVE, eram pequenos produtores da agricultura familiar, classificados pela Secretaria de Agricultura do

Distrito Federal como “excluídos” e que tinham alguma produção, por menor que seja, no meio urbano, peri-urbano ou rural.

A principal preocupação, dessas pessoas, era a da sobrevivência, buscando obter as necessidades básicas para o sustento familiar. Talvez por isso elas não tinham tempo suficiente para pertencerem a associações, movimentos reivindicatórios organizados, sindicatos etc. São pessoas que tem uma vida recatada, além do trabalho cotidiano, seja na própria propriedade ou em outros lugares como assalariado sazonal, saem de casa somente para fazerem suas compras e às vezes para assistirem um culto religioso. Elas não acreditam em ações governamentais, a história mostra que na prática os programas que lhes oferecem traziam mais prejuízo para elas do que ganhos.

Esse público não explicita demandas. Para iniciarem a participação no PROVE e na ASPROVE, o funcionário público ia atrás dele motivando-o a participar. Essa tarefa não era das mais difíceis quando tínhamos bem resolvida, junto as instituições públicas, a discussão sobre a necessidade de priorizar os mais necessitados.

O PERFIL DA ASPROVE

A ASPROVE nasce, incentivada pelos técnicos da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com a intenção inicial de que os pequenos produtores-agroindustriais, pouco a pouco, fossem substituindo o papel, de apoio, que o governo exercia.

Para adquirirem maior força, competitividade e autonomia, os agricultores do PROVE foram estimulados, inicialmente, a se associarem ou a se organizarem em cooperativas, com a Secretaria de Agricultura instruindo-os sobre cooperativismo e técnicas de gerenciamento da cooperativa, da unidade produtiva e do negócio agrícola.

No entanto, preferiram fundar uma associação. Com a criação da ASPROVE, associação dos produtores donos das agroindústrias do PROVE, os agricultores filiados começaram a assumir, eles próprios a compra de insumos e a comercialização dos produtos de suas agroindústrias, diminuindo a ação tutelar da Secretaria, o que representava um grande avanço e mais uma conquista do Programa. Na criação da Associação, os produtores incluíram no estatuto a idéia de criação e filiação à ASPROVE de associações regionais chegando a se mobilizarem, para isto. O que mostrava uma clara evidência de se articular com outros atores que não fosse do serviço público

A ASPROVE – Associação dos Pequenos Produtores das Agroindústrias do Distrito Federal, com a marca PROVE, era uma entidade civil sem fins lucrativos, com objetivo de desenvolvimento econômico dos associados, com duração indeterminada.

A organização da ASPROVE era composta pelos órgãos – Assembléia Geral, Diretoria, Conselho de Representantes e Conselho Fiscal. Os integrantes desses órgãos não eram remunerados e se vedava o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na assembléia Geral.

A eleição para membro da Diretoria e do Conselho Fiscal se dava por votação direta na assembléia Geral. O Conselho de Representantes era composto por um membro titular e um membro suplente de cada uma das regiões da Associação no Distrito Federal.

A ASPROVE, inicialmente, contava com o local de reuniões e toda a infra - estrutura (mesas, um computador, armários, cadeiras) cedida pela Secretaria de Agricultura GDF. A situação financeira da ASPROVE era mantida com o pagamento de seus associados de um percentual das vendas dos produtos PROVE.

Os interesses comuns da maioria dos associados da ASPROVE era a viabilização da comercialização de seus produtos e a compra de insumos, sem a tutela do governo. A participação durante o governo (1995-1998) foi boa depois decaiu bastante durante o novo governo.

As primeiras agroindústrias do PROVE começaram a funcionar a partir de setembro de 1995 e a ASPROVE foi fundada em 21 de julho de 1997 depois de ter mais de 100 associados e após quase 5 anos de funcionamento, suas atividades foram encerradas.

A ASPROVE tinha como finalidades/estratégias, registrada em seus estatutos: 1) Buscar o desenvolvimento social e econômico de seus associados; 2) Comercializar a produção dos associados; 3) Ampliar a capacidade de produção das unidades agro-industriais pertencentes ao PROVE; 4) Desenvolver a capacidade de gestão dos pequenos agricultores associados; 5) Buscar fontes de financiamento, doações, verbas governamentais e não governamentais que visem melhorar e ampliar as unidades agro-industriais; 6) Realizar em parceria ou por conta própria cursos de formação profissional e cultural para os associados; 7) Firmar contratos de produção com seus associados e em nome destes com pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado; 8) Assinar convênios de cooperação técnica; 9) Promover os produtos PROVE na mídia e para a sociedade em geral; 10) Desenvolver pesquisas de novos produtos; 11) Adquirir matéria prima para as unidades agro-industriais de seus associados, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios.

A escala de intervenção era pequena nos primeiros anos, mas pouco a pouco notava-se que a interlocução dos produtores do PROVE passava a ser a ASPROVE e suas influências junto ao estado crescia em volume e em firmeza. Notava-se uma perspectiva de desgarrar-se do apoio tutelar do governo.

As principais atividades da ASPROVE eram: organizar vendas de produtos em feiras e eventos, supermercados etc. e dialogar institucionalmente com governo, supermercados, lojas de compra de insumos com a intenção de obter vantagens comparativas. Além disso reivindicavam cursos de capacitação e treinamento e viagens para conhecer experiências parecidas em outras unidades da federação. O âmbito de ação da ASPROVE se restringia à área do Distrito Federal. A capacitação de seus membros e comercialização de seus produtos se davam também dentro do DF.

ALIANÇAS E ESTRATEGIAS

As alianças, eram pontuais com objetivo de viabilizar o negócio familiar e em sua maioria, foram com organismos governamentais. A saber: SEAP -Secretaria de Estado de Abastecimento Agricultura e Pecuária eram: EMATER -Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, FZBDF- Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; CEASA -Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, SAB-Sociedade de Abastecimento de Brasília; CNPq -Conselho Nacional de Pesquisa, por meio de bolsistas especialista contratados para dar assessoria à ASPROVE. Fez-se uma única aliança com um organismo não governamental a APROVE -Associação de Apoio a Programas de Verticalização da Pequena Produção Familiar. No entanto essa aliança que seria "salvadora" não se concretizou por motivos políticos. Os procedimentos utilizados para fazerem as alianças eram através de "contratos" com as instituições públicas envolvidas no suporte do PROVE (Carvalho 1998).

Dentre as estratégias adotadas as principais foram: os dirigentes da ASPROVE se tornarem visíveis para a sociedade, aproveitando o sucesso do programa PROVE, isso lhes aumentavam a auto estima e os fortaleciam-se, politicamente na sociedade, para suas sugestões e reivindicações; alianças com as diversas instituições públicas, fortalecendo, ao máximo, o "negócio", para obter maior lucratividade em suas atividades agroindustriais; elaboração de um Projeto de Lei contemplando a continuidade do PROVE e ASPROVE e garantindo os incentivos fiscais ao Programa; a criação de uma ONG que após o governo daria apoio, a ASPROVE. Criou-se , então a APROVE que tinha como finalidade básica estudar e apoiar à agregação de valor, por intermédio da verticalização da produção, em agroindústrias familiares, objetivando o desenvolvimento socioeconômico dessas unidades, de forma sustentável e em respeito aos seus aspectos agroecológicos

ANÁLISE DAS ALIANÇAS E ESTRATEGIAS

A criação da ASPROVE fazia parte da estratégia de melhorar o funcionamento do PROVE, por meio do fortalecimento da associação, e para alcançar a sustentabilidade de ambos. O governo incentivou a ASPROVE a fazer inúmeras alianças.

Sobre essas alianças (Brasil. 2003) descreve “No início do Prove-DF, em 1995, a relação entre o Estado e a agricultura familiar(excluídos) no Distrito Federal pode ser caracterizada, como *inexistente*. Diante da realidade da inexistência de uma relação estruturada entre o Estado e a agricultura familiar do DF, o governo local, na gestão 1995-1998, promoveu uma aproximação forçada. Estrategicamente, encaminhou uma identificação teórica do possível público alvo do Prove-DF, segundo critérios da Secretaria da Agricultura e, em seguida, mobilizou a equipe de assistência técnica e extensão rural da Emater -DF e demais colaboradores para a localização deste público no meio rural. Os produtores familiares excluídos, a partir de reuniões de sensibilização, foram convidados a participar de um processo de inclusão social por meio deste Programa específico e exclusivo para o grupo de agricultores menos favorecidos (excluídos). Essas etapas foram limitantes para a implementação eficiente do Programa, no sentido em que gerou um atraso na realização das metas e da construção de um número maior de agroindústrias.

Ao longo da execução do Prove -DF foi se estabelecendo uma relação de aproximação do Estado em direção a esses agricultores excluídos. Uma relação *frágil e de dependência* dos agricultores com o Estado, sendo necessário para a sobrevivência dessa relação um apoio amplo e continuado do Estado.

O Programa não conseguiu alavancar estruturas de sustentabilidade institucional, de co-responsabilização (*ownership*) entre os diversos atores sociais integrantes, tornando-se vulnerável a desmontes, descontinuidades.

Com a saída do governo que instituiu o Prove-DF em 1999, houve uma ruptura dos elos estabelecidos entre os associados da ASPROVE e se estabeleceu um quadro de descontinuidade das ações e da concepção política inicialmente implementada. Os ideais do Prove-DF foram abandonados e o funcionamento das agroindústrias foi para a clandestinidade.

Prove e a ASPROVE não resistiram à ausência de apoio do Estado. Em novembro de 2003, todas as agroindústrias do Prove -DF haviam encerrado suas atividades regulares. Algumas passaram a funcionar na clandestinidade.

No DF, em 2003, era possível caracterizar a relação entre o Estado e a agricultura familiar como *difusa e de abandono*. Os agricultores familiares não conseguiram se organizar satisfatoriamente até o presente momento e o Estado promove ações preconizadas para o aumento de produção e produtividade, em que o foco está vinculado a estratégias de dinamização de “produtos” agropecuários e não de setores ou grupo de agricultores familiares. Não se percebe uma preocupação explícita com ações que venham a construir um desenvolvimento em bases sustentáveis”.

A estratégias adotadas pelos dirigentes da ASPROVE de se darem visibilidade em função do sucesso do programa PROVE funcionou no primeiro governo depois não tiveram mais acesso à mídia. Da mesma forma a estratégia adotada pela ASPROVE era de, por meio das suas alianças com as diversas instituições públicas, fortalecer-se, ao máximo, o “negócio” e com isso fortalecer a própria associação. Foi exitosa no primeiro governo depois desapareceu.

As leis elaboradas e aprovadas foram postos de lados pelo governo seguinte uma vez que esse tinha a maioria na Câmara Distrital e não tinha interesse de dar continuidade ao Programa.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM O ESTABELECIMENTO DAS ALIANÇAS E ESTRATEGIAS

Enquanto as alianças, estabelecidas com os diversos atores, duraram os associados da ASPROVE, tiveram excelentes resultados.

Para resolver a carência financeira do pequeno produtor na compra de embalagens e outros insumos em grande quantidade, os associados da ASPROVE usufruíam do Balcão da Pequena Agroindústria que funcionava adquirindo insumos em grande quantidade e vendendo o preço de mercado porém em quantidade acessíveis e parcelado.

Os associados da ASPROVE que moravam e trabalhavam em comunidades rurais distantes enfrentavam, entre muitos outros problemas, dificuldades para adquirir e transportar os insumos ou produtos de que precisam para cultivar a terra e para industrializar sua produção. Uma maneira de solucionar esse problema foi a criação do Caixeiro Viajante, que ia até eles. Toda semana, funcionários do Departamento de Comercialização de Material Agropecuário da FZDF percorriam as comunidades para saber o que os agricultores estavam precisando. Eles faziam o pedido e recebiam os produtos na semana seguinte.

Os associados da ASPROVE também se beneficiavam de FUNSOL – Fundo de Solidariedade – Fundo criado com recurso do Governo do Distrito Federal que avalizava, junto ao Banco empréstimos de até 1760 dólares suficientes para a construção em alvenaria ou melhoria da pequena agroindústria, de 30 a 40 m².

Os associados eram capacitados e treinados por meio de cursos de higiene, padronização, tamanho e forma, etc. no Centro de Treinamento de EMATER. Recebiam também muitos cursos, visitas a supermercados, e orientações constantes sobre como comercializar os produtos industrializados ou semi-industrializados.

Algumas estratégias mostravam resultados positivos para seus membros. A estratégia que o presidente da ASPROVE e os associados adotaram de ter visibilidade, por meio da mídia, foi positivo. O reconhecimento público de quem eram, começava a facilitar a suas interlocuções com os agentes financeiros e super mercados entre outros. A estratégia adotada pelas mulheres também foi exitosa. Conforme relato, das associadas, percebe-se que as mulheres recuperaram a sua autoestima trabalhando no PROVE e na ASPROVE.

PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

1. Aprendemos que os associados, produtores do PROVE, deveriam passar algum tempo a mais discutindo e fazendo cursos sobre associativismo;
2. Aprendemos que os técnicos escolhidos para apoiar os produtores na organização da ASPROVE, deveriam ter mais conhecimento sobre associativismo e desenvolvimento sustentável;
3. As agroindústrias deviam ser construídas mais próximas uma das outra;
4. Os produtores do PROVE, futuros associados da ASPROVE, deveriam se capitalizar mais antes de formarem a ASPROVE;
5. A ASPROVE deveria funcionar com mais freqüência;
6. Aprendemos que quando o governo (1995-98) colocou suas instituições para atender com exclusividade o público “excluído”, todas as ações, em relação ao PROVE e a ASPROVE se tornaram complexas e de difícil realização;
7. Não há possibilidade de nenhum programa, com as intenções do PROVE, conseguir êxito total se não estiver inserido dentro de uma política de Estado;

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

1. Mesmo com todo as dificuldades não abrir mão de trabalhar com os mais necessitados;
2. Motivar as instituições públicas, dedicadas a tarefa de apoiar associações e programas, para o público excluído é difícil porem necessária;

3. Sempre procurar modificar os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais;
4. Não esquecer de que todos aqueles pertencentes a programa de agricultura urbana peri urbana e rural tem que ter paralelamente uma atividade de educação formal;
5. Procurar fazer um pacto entre as diversas correntes partidárias para acordarem no sentido de que todos programas de inclusão social sejam enquadrados em políticas de estado evitando dessa forma que os programas tenham a marca só de um ou de outro partido político.
6. Preparar o Estado. A razão disso é que o estado apesar de algumas vezes, tomar a iniciativa de trabalhar com os excluídos não está, suficientemente, preparado para essas tarefas;
7. De todos os ensinamentos, ajudando na implementação direta ou indireta do programa PROVE e da ASPROVE e elaborando esse estudo de caso, o maior foi o de que o processo de exclusão social somente pode ser compreendido a partir da prática daqueles que a ele se antepõem, ou seja, daqueles que fazem da inclusão social perseverante exercício diário e constante fazer, que é nossa melhor maneira de dizer o que somos e aonde queremos ir.